

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 533/2016

RESOLUÇÃO Nº 23.505**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 567-66.2016.6.00.0000 – CLASSE 26 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL****Relator: Ministro Gilmar Mendes****Interessado: Tribunal Superior Eleitoral****Ementa:****Aprova o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Superior Eleitoral (PLS/TSE)**

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea b do art. 8º do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral (RITSE), e

CONSIDERANDO o contido na Res.-TSE nº 23.474/2016, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE),

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Superior Eleitoral (PLS/TSE), na forma do Anexo I, o qual é composto por:

I - Objetivos e metodologia de implementação e acompanhamento do Plano;

II - Indicadores, metas e planos de ação;

III - Inventário de bens e materiais do TSE adquiridos, utilizando-se de critérios de sustentabilidade;

IV - Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

V - Ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Art. 2º A partir de 2017, ao final de cada ano, será elaborado relatório de desempenho do PLS/TSE com a consolidação dos resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente (art. 23 da Res.-TSE nº 23.474/2016).

Parágrafo único. Será produzido relatório quadrimestral circunstanciado, a fim de se aferir o percentual de execução das metas estabelecidas para os indicadores do PLS/TSE.

Art. 3º Alterações no PLS/TSE podem ser promovidas por portaria do Presidente.

Parágrafo único. As propostas de alterações serão encaminhadas pela Comissão Gestora do PLS/TSE (art. 12 da Res.-TSE nº 23.474/2016).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2016.

MINISTRO GILMAR MENDES-PRESIDENTE E RELATOR. MINISTRA ROSA WEBER. MINISTRO HERMAN BENJAMIN. MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA. MINISTRA LUCIANA LÓSSIO.

ANEXO



© 2016 Tribunal Superior Eleitoral
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.
Secretaria de Gestão da Informação
SAFII, Quadra 7, Lote 1/2, 1º andar
70070-600 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3030-9225
Secretário-Geral da Presidência
Luciano Felício Fux
Diretor-Geral da Secretaria
Maurício Caldas de Melo
Secretaria de Gestão da Informação
Janeth Aparecida Dias de Melo
Coordenadora de Edição e Publicações
Renata Leite Motta Paes Medeiros
Unidade responsável pelo conteúdo
Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS)
Gerson Amador Neto, Flávio Ribeiro Santana e Juliana Moreira Reis
Produção editorial e diagramação
Seção de Edição e Programação Visual (Saprov/Codip/SGI)
Capa e projeto gráfico
Daniel Paiva Alves Gomes
Revisão
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Saprov/Codip/SGI)
Glória Moura, Patrícia Jacob e Vanda Tourinho
Impressão e acabamento
Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Codip/SGI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Prof. Alcyon Darwich Mitrault)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.
Plano de Ingestão institucional 2015-2020 / Tribunal Superior Eleitoral, Assessoria
de Gestão Socioambiental. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2016.
95 p. : 21cm.
1. Responsabilidade ambiental. – Planejamento. – Justiça Eleitoral. – Brasil.
2. Gestão ambiental. – Planejamento. – Justiça Eleitoral. – Brasil. I. Título.

CDD 363.705
CDU 562.14

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE

Ministro Gilmar Mendes

VICE-PRESIDENTE

Ministro Luiz Fux

MINISTROS

Ministra Rosa Weber

Ministro Herman Benjamin

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho

Ministro Henrique Neves da Silva

Ministra Luciana Lóssio

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	11
2. OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo Geral	17
2.2 Objetivos Específicos	17
3. METODOLOGIA	21
4. IDENTIFICAÇÃO DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO	25
5. INDICADORES, METAS E PLANOS DE AÇÃO	29
6. INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	73
7. ANEXOS	77

APRESENTAÇÃO



I. APRESENTAÇÃO

A responsabilidade socioambiental se apresenta como matéria basilar para a consolidação de conteúdos comportamentais, moldados na adoção de novos padrões de consumo e produção. Com efeito, esse tema – orientado por uma sucessão de elementos, entre os quais, sociais, ambientais, econômicos, culturais, históricos, informacionais e tecnológicos – encontra-se no âmbito da contemporaneidade.

O termo sustentabilidade surgiu de modo protocolar, pela primeira vez, em 1987, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU). Naquela oportunidade, essa expressão foi compreendida como “[...] a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”¹.

No ano seguinte, a Constituição Federal do Brasil foi promulgada com elementos consistentes acerca do arcabouço da sustentabilidade, o que se percebe nos princípios socioambientais, no título sobre a Ordem Social. Dentre os dispositivos destaca-se o art. 225, que assevera que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.

Como se verifica, a defesa e a preservação do meio ambiente são atribuídas solidariamente tanto ao poder público quanto à sociedade. Ressalta-se, assim, a importância da sociedade, que passa de simples usuária dos serviços do Estado a protetora e conservadora dos ecossistemas brasileiros. Portanto, a dialética entre a sustentabilidade e a Carta Maior, se apresenta de forma harmônica e integrada. Posteriormente, foram publicados inúmeros atos normativos das diferentes esferas governamentais. Embora inicialmente preenchido por atos promulgados pelos poderes Executivo e Legislativo, o embasamento teórico, no âmbito do Poder Judiciário, acabou por constituir personalidade própria, ali mesmo servindo de exemplo para órgãos dos referidos poderes.

Nessa esteira, entende-se, que, na esfera judiciária, o marco inicial da sustentabilidade ocorreu com a Recomendação-CNU nº 11, de 22 de maio

¹ Ver COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 9.

11

de 2007. Após a expedição desse normativo, outros foram editados, com elementos diretos ou indiretos, para compor a esfera socioambiental. Já o alinhamento da sustentabilidade com o planejamento estratégico foi identificado, pela primeira vez, na Resolução-CNU nº 70, de 18 de março de 2009, na qual a responsabilidade social e ambiental está classificada como um dos atributos de valor judiciário para a sociedade.

A conjectura acerca do grau de maturidade da sustentabilidade no Poder Judiciário se confirma com a publicação da Resolução-CNU nº 201, de 3 de março de 2015, cujos dispositivos abarcam o aperfeiçoamento de uma série de fatores elencados em outros atos normativos promulgados pelo Conselho Nacional de Justiça. No contexto da Justiça Eleitoral, a Resolução-TSE nº 23.474, de 19 de abril de 2016², além de reproduzir os instrumentos apresentados na referida resolução do CNU, está provida de características desse segmento de Justiça.

Deve-se ressaltar que os Planos de Gestão de Logística Sustentável foram instituídos, no poder público, pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, como ferramentas de planejamento para permitir que os órgãos e as entidades estabelecessem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública. Ainda em 2012, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro, estabeleceu regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que dispõe o supracitado decreto.

Para corroborar a relevância do tema, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou o Acórdão nº 1.752/2011, ato norteado pela redução de consumo de papel, energia elétrica e água. Em consequência, desde a elaboração do Relatório de Gestão do Exercício de 2013 dessa Corte de Contas, o item Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis surge com campo próprio. A análise do cumprimento dos dispositivos é feita com base em 15 questionamentos, entre os quais, a publicação e o encaminhamento do Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesse sentido, o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Superior Eleitoral, instrumento construído de modo coletivo por servidores desse colégio do Poder Judiciário, foi elaborado com objetivos e responsabilidades definidas, além de ações, metas quantitativas, prazos de execução, mecanismos

² Depois sobre criação e competências das unidades do núcleo socioambiental nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE).

Plano de Logística Sustentável

12

de monitoramento e avaliação de resultados. Essa ferramenta permite o estabelecimento e o acompanhamento das práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, as quais objetivam melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica da Justiça Eleitoral.

Finalmente, é importante destacar que já foi instalada a Comissão Gestora do PLS por meio da Portaria-TSE nº 994, de 18 de setembro de 2016, que assim dispõe:

Cabe à equipe elaborar estudos técnicos preliminares, o plano de trabalho, se exigido, e auxiliar a construção do termo de referência ou projeto básico para a contratação/ aquisição do objeto do artigo 1º desta Portaria, observando-se as respectivas competências.

Plano de Logística Sustentável

13

OBJETIVOS



2. OBJETIVOS

A seguir, são apresentados os objetivos gerais e os objetivos específicos do PLS.

2.1 Objetivo Geral

Estabelecer diretrizes de novos padrões de consumo e produção sob a perspectiva da eficiência do gasto público, da preservação do meio ambiente e da inclusão social no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.

2.2 Objetivos Específicos

- Corresponder à visão e aos valores institucionais do Tribunal Superior Eleitoral;
- Promover a celebração de termos de cooperação técnica com instituições capazes de auxiliar no aperfeiçoamento constante do PLS;
- Fomentar o hábito da força de trabalho total do Tribunal no que tange aos princípios dos 5Rs (repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar);
- Identificar qualquer espécie de problema em alguns dos indicadores mensurados com o intuito de oferecer alternativas viáveis para a normalização da meta prevista;
- Atender aos dispostos do Relatório de Gestão do Exercício de 2013 do Tribunal de Contas da União, no que tange à gestão do uso dos recursos renováveis e à sustentabilidade.

17

METODOLOGIA



3. METODOLOGIA

Por ser um instrumento institucional, todo o corpo funcional é parte ativa da execução e do aperfeiçoamento do PLS. A elaboração das metas e dos respectivos planos de ação só foi possível por meio do diálogo entre a Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) e as unidades diretamente responsáveis por cada um dos 13 grupos de indicadores elencados no Anexo I da Resolução-CNU nº 201/2015 e da Resolução-TSE nº 23.474/2016. Assim, com base no significado da palavra *método*³, entende-se que o desenvolvimento do objeto proposto se apresenta em três fases.

- Fase inicial: conhecer o grau de maturidade institucional no que diz respeito a iniciativas com princípios de sustentabilidade.
- Fase de elaboração: construir o Plano de Logística Sustentável e executar os planos de ação listados em cada grupo de indicadores.
- Fase operacional: acompanhar a proposta apresentada com observância do cumprimento das metas estabelecidas e análise dos indicadores.

A fase inicial se caracterizou como um momento de introspecção institucional, no qual a Assessoria de Gestão Socioambiental identificou, em conformidade com o Anexo I da Resolução-CNU nº 201/2015 e com a Resolução-TSE nº 23.474/2016, todas as unidades responsáveis por relatar experiências, séries históricas e possíveis iniciativas ainda não realizadas independentemente das razões.

Depois, sucederam reuniões com o intuito de conhecer os indicadores de consumo dessas mesmas unidades, a fim de compreender como o Plano de Logística Sustentável poderia ser concebido respeitando o momento presente do Tribunal Superior Eleitoral.

Chegou-se, então, à fase de elaboração do PLS. Para tanto, a Assessoria de Gestão Socioambiental realizou a leitura de vários planos de logística sustentável publicados por órgãos dos três poderes da União. Paralelamente, elaborou um repositório de iniciativas capazes de contribuir com a eficiência do gasto público, a otimização dos recursos naturais e a responsabilidade social. O compêndio de ações foi apresentado às áreas identificadas como responsáveis por verificar, alterar e validar tais iniciativas. Como dito, o PLS é um instrumento

³ Palavra provinda do grego *métodos* (métrōdos), que significa, literalmente, "caminho para chegar a um fim".

Institucional, construído de forma coletiva, de modo que nessa fase ocorreu o consenso a respeito das metas estabelecidas, bem como dos planos de ação para o cumprimento dos objetivos apresentados neste documento.

A fase operacional ocorrerá logo em seguida à aprovação e publicação do Plano de Logística Sustentável. A efetividade dos planos de ações para cada grupo de indicadores, na busca do alcance das metas, será constantemente acompanhada pela AGS, que também analisará, juntamente com as unidades responsáveis pelos indicadores, os perigos identificados no cumprimento das metas ou a ineficiência de planos de ações específicos.

Restalte-se que, durante a fase de elaboração do PLS, as ações apresentadas foram classificadas segundo a seguinte legenda:

- a) **Pendente** – ação identificada como de viés socioambiental na oportunidade da confecção ou da revisão periódica do PLS, cujo estudo para a sua execução ainda não se iniciou.
- b) **Em estudo** – ação cuja instauração está em fase de análise pelas áreas técnicas competentes.
- c) **Em andamento** – ação em prática, subclassificada em:
 - I. Ação singular – uma vez realizada, extingue-se.
 - II. Ação intermitente – depende de condição para se realizar.
 - III. Ação contínua – de caráter permanente e regular.
- d) **Suspensa** – ação que, embora já estudada ou implantada, está suspensa por exigência normativa ou por conveniência da administração.

Vale registrar que tal legenda será atualizada sempre que o PLS for revisado.



IDENTIFICAÇÃO DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

4. IDENTIFICAÇÃO DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

De acordo com o art. 10 tanto da Resolução-CNJ nº 201/2015 quanto da Resolução-TSE nº 23.474/2016, o Plano de Logística Sustentável é um instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e ao da Justiça Eleitoral. Esse elo ocorreu por intermédio da Resolução-CNJ nº 70/2009, na qual a responsabilidade social e ambiental, como do PLS, é classificada como atributo de valor judiciário para a sociedade. Destaque-se que, nesse mesmo normativo, ocorreu também a inserção da responsabilidade social entre os objetivos de eficiência operacional.

Com a revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, a Resolução-CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, mantém a responsabilidade social e ambiental no rol dos atributos de valor judiciário para a sociedade, além de referir outros elementos capazes de contribuir com a temática.

Os macrodesafios do Poder Judiciário incluem, no grupo Sociedade, subgrupo Garantia dos Direitos de Cidadania, a observância, em todos os seus segmentos⁴, das práticas socioambientais e do uso de tecnologias limpas na busca de reduzir as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias. No ano seguinte, o teor da Resolução-TSE nº 23.439, de 12 de março de 2015, que trata do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, corrobora ipso iure os dispositivos elencados na Resolução-CNJ nº 198/2014.

⁴ “[...] o Judiciário é formado por diferentes segmentos, cada um em sua área de atuação: federal e estadual; e três especializados: trabalhista, eleitoral e militar.”

Perspectiva Tema	Sociedade Garantia dos direitos humanos		
Objetivo estratégico	Garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, com o intento de fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa		
Indicador	Índice de execução do Plano de Logística Sustentável		
Descrição	Mede o percentual de execução das metas estabelecidas para os indicadores do PLS		
Fórmula	Grau de cumprimento das metas individuais dos indicadores do PLS		
Periodicidade de apuração	Quadrimestral	Unidade de medida	Percentual
Unidade responsável pela apuração do indicador	Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS)		
Fonte de coleta	Relatórios encaminhados pelas áreas responsáveis pelos indicadores do PLS		

Destarte, esses normativos possuem estrutura harmônica com as sugestões constantes no Relatório de Gestão do Exercício de 2013 do TCU. Nesse instrumento, o próprio TCU propõe-se, no campo Gestão Ambiental – Licitações Sustentáveis, a realizar estudos visando à adequação dos seus normativos, bem como incluir a variável ambiental no mapa estratégico, com o intuito de torná-la menos suscetível à descontinuidade administrativa.

INDICADORES, METAS E PLANOS DE AÇÃO



5. INDICADORES, METAS E PLANOS DE AÇÃO

Apresentam-se a seguir os indicadores, as metas e os planos de ação estabelecidos para o ano de 2017.

I. Material de Consumo

Objetivo: utilizar de forma eficiente os insumos e materiais.

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Doar materiais que não possam ser reaproveitados no órgão	Seam/AGS/DG	Suspensa (em razão do ano eleitoral)
Identificar e distribuir materiais ociosos para aproveitamento em outras unidades.	Seam/Seam AGS/DG	Em andamento Ação contínua
Implementar a instrução normativa que institui procedimentos para racionalização do uso (a forma) e procedimentos relativos à requisição de materiais (impresso frente e verso, número de impressoras por unidade, cancel, e-mail, etc.).	AGS/AGE/Cont&AD	Em estudo
Calcular e divulgar consumo médio por unidade. Utilizar relatórios do ASI Web.	Seam/AGS/AGS/DG	Em estudo
Implementar guia de compras sustentáveis.	DG/Ass/AGS/AGS/DG SGP/SGS/SGS/SGS	Pendente
Estimular compras com critérios sustentáveis.	Asscom/AGS/AGS/DG	Pendente
Realizar campanhas de redução socioambiental para as ações constantes no PLS.	Asscom/AGS/SGP	Pendente

* Trata-se de um estilo de fonte especialmente desenvolvido para economizar tinta nas impressões.

29

Papel

> **Justificativa:** otimizar o processo de aquisição e uso de papel, incluindo critérios de sustentabilidade.

> **Meta:** diminuir o consumo de papel em 10%.

Histórico de Consumo Papel branco (reama)					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Força de trabalho total - Justiça em	2.031	1.817	1.924	2.047	2.047
Número (CNA)					
Consumo total	7.946	7.702	8.908	7.056	3.802
Valor total (R\$)	60.446,31	60.162,94	72.613,39	60.298,53	32.664,57
Valor unidade (R\$)	7,81	7,81	8,13	8,50	8,50
Por capita (folha)	1.956,18	2.119,43	3.230,17	1.723,50	928,68
Papel reciclado (reama)					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Força de trabalho total - Justiça em	2.031	1.817	1.924	2.047	2.047
Número (CNA)					
Consumo total	891	548	752	275	118
Valor total (R\$)	7.000,99	4.871,72	6.685,28	2.471,42	1.031,24
Valor unidade (R\$)	8,69	8,69	8,69	8,69	8,74
Por capita (folha)	219,35	150,80	195,43	67,90	28,82
Papel branco e reciclado (reama)					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Força de trabalho total - Justiça em	2.031	1.817	1.924	2.047	2.047
Número (CNA)					
Consumo total	8.837	8.250	9.660	7.331	3.920
Valor total (R\$)	68.367,30	65.034,66	79.298,67	62.769,95	33.695,81
Valor unidade (R\$)	7,74	7,89	8,19	8,56	8,60
Por capita (folha)	2.175,63	2.270,23	2.515,59	1.791,40	957,50

30

Plano de Logística Sustentável

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Expandir o Processo Judicial Eletrônico.	ANP (PJE)	Em andamento
Estudar situação para extinguir recibos de empréstimo e devolução de livro na biblioteca.	Codil	Ação contínua
Estudar solução para reduzir recibos de material e patrimônio.	Seam/Seap	Em estudo
Revisar procedimentos de reprografia.	Cedip	Em estudo
Substituir o papel branco por papel alcalino com certificação de manejo florestal.	AGS/Seam	Em estudo
Reaproveitar as folhas de papel (a impressas de um só lado (bicos).	Cedip	Em andamento
Utilizar estique de papel reciclado na divulgação de eventos.	SOP/Seap/AGS	Ação contínua
Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso do papel.	AGS/Seap/Ascom	Em estudo
Adotar a compra compartilhada sustentável.	Agua/Seam	Em andamento
		Ação intermitente

Copos descartáveis

O Tribunal vem adotando restrições quanto à distribuição de copos de 200ml, mediante ações como a retirada dos dispensers (porta-copos), que atendiam apenas ao público interno. Em contrapartida, o consumo de copo de 50ml aumentou, o que merece atenção, tanto para avaliação criteriosa como para realização de campanhas de sensibilização.

> **Justificativa:** otimizar o processo de aquisição e uso de copos descartáveis, incluindo critérios de sustentabilidade.

> **Meta:** utilizar 2,5 copos de 200ml por capita e reduzir em 20% o consumo de copos de café.

Plano de Logística Sustentável

31

Histórico de Consumo						
Copo descartável de 50ml (cento)						
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun./2016	
Força de trabalho total – Justiça em Números (CNA)	2.031	1.817	1.924	2.047	2.047	
Consumo total	4.454	4.589	5.435	4.765	2.887	
Valor total (R\$)	2.915,49	2.915,82	3.823,73	4.210,34	2.776,82	
Valor unidade (R\$)	0,65	0,64	0,70	0,89	0,96	
Por capita	219,30	252,55	282,48	232,78	141,04	
Copo descartável de 200ml (cento)						
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun./2016	
Força de trabalho total – Justiça em Números (CNA)	2.031	1.817	1.924	2.047	2.047	
Consumo total	14.457	10.916	15.436	12.544	5.713	
Valor total (R\$)	22.279,24	17.627,47	26.008,04	24.804,46	12.046,42	
Valor unidade (R\$)	1,54	1,61	1,66	1,98	2,11	
Por capita	711,82	600,77	812,69	612,80	279,09	
Copos descartáveis de 50ml e 200ml (cento)						
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun./2016	
Valor total (R\$)	25.194,73	20.543,29	29.831,77	29.014,80	14.823,24	

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Redefinir procedimento de envio de copos plásticos para as copas.	Seam/Seap	Em estudo
Mantiver a distribuição de copos descartáveis restrita às unidades específicas e ao que recebem público externo.	Seam/Seap	Em estudo
Realizar campanhas para estimular o uso de copos próprios.	Ascom/AGS/Seam	Em andamento
Substituir copos descartáveis por copos de vidro em reuniões.	Seam/Seap	Ação intermitente
Enviar copos de 50ml somente para as copas.	Seam/Seap	Ação contínua

Plano de Logística Sustentável

32

Água engarrafada

Em 2016, foram substituídos 16 bebedouros por purificadores de água, o que representou uma redução de aproximadamente 40% no consumo de água engarrafada de 20 litros no período.

> **Justificativa:** otimizar o processo de aquisição e uso de água engarrafada, incluindo critérios de sustentabilidade.

> **Meta:** diminuir o consumo de água engarrafada em 50% (garrafo de 20 litros).

Histórico de Consumo					
Água envasada com gás de 500ml					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Quantidade	2.427	1.118	788	1.175	767
Valor gasto (R\$)	1.893,06	761,76	527,44	805,59	530,50
Água envasada sem gás de 500ml					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Quantidade	3.714	774	397	516	348
Valor gasto (R\$)	1.475,98	383,43	182,25	289,39	188,21
Água envasada com ou sem gás de 500ml					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Quantidade	6.141	1.892	1.185	1.691	1.115
Valor gasto (R\$)	3.369,04	1.145,19	709,69	1.094,98	698,71

Histórico de consumo					
Garrafas de água de 20 litros					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Quantidade	6.989	6.897	5.390	4.277	1.650
Valor unitário (R\$)	1,96	2,91	3,54	5,84	6,34
Valor gasto (R\$)	13.000,86	19.505,19	19.130,23	24.982,99	10.402,50

Plano de Logística Sustentável

33

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Doar os bebedouros em estoque no almoxarifado.	Sealm	Em andamento Ação singular
Definir os locais que devem utilizar água engarrafada (20 litros).	Conaq/Secop	Em estudo

Canetas

> **Justificativa:** otimizar o processo de aquisição e uso de canetas, incluindo critérios de sustentabilidade.

> **Meta:** diminuir o consumo médio de canetas em três canetas *per capita* por unidade (53%).

Histórico de Consumo					
Canetas (unidade)					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Força de trabalho total - Justiça em Números (CNA)	2.031	1.817	1.924	2.047	2.047
Consumo total	11.710	10.313	10.525	9.418	4.679
Valor total (R\$)	3.501,33	3.093,90	3.735,82	3.692,38	1.969,52
Valor por unidade (R\$)	0,30	0,30	0,35	0,39	0,42
Per capita	5,77	5,68	5,47	4,60	2,29

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Reduzir o procedimento de envio de canetas para as unidades.	DGA/AGS/Sealm	Pendente

34

Plano de Logística Sustentável

II. Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados

A Coordenadoria de Infraestrutura (Coint), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), vem trabalhando ao longo dos anos para otimizar o uso de impressoras no Tribunal, tendo inclusive adequado o processo de aquisição de novos equipamentos às normas atuais que disciplinam o tema, principalmente nos quesitos de impressoras com módulo impressor duplex e compatível com papel reciclado, em atenção à Recomendação-CNU nº 11, de 22 de maio de 2007.

Entre as ações já estudadas, a adoção da ecotone inicialmente não se mostrou eficaz por conta da inviabilidade técnica para a implementação nos sistemas que eram utilizados. A equipe técnica da Coint realizará novos estudos com o objetivo de sanar a questão.

Outros dois pontos que podem ser considerados sensíveis são a possibilidade de redução do número de impressoras e a consequente diminuição da quantidade de impressões. São ações que não prescindem de autorização e determinação superior, porque dependem da definição da política de uso de impressoras (departamental, ilhas de impressão, impressora por mesa, etc.), bem como da mudança de cultura dos usuários.

Nesse sentido, a tarefa desafiadora sobre o indicador impressão de documentos é a construção da linha de base para mensuração da meta estabelecida. A equipe da STI está empenhada em desenvolver ferramenta própria para tal mensuração ou, caso não seja possível, em especificar o software adequado para aquisição.

Após definido o referencial histórico, será possível balancear a meta com mais acuidade, bem como avaliar outros pontos que podem contribuir para a racionalização do uso de equipamentos de impressão e cumprir, em sua totalidade, os indicadores de avaliação estabelecidos no Anexo I da Resolução-TSE nº 23-174/2016. Dependem da linha de base os indicadores mínimos caracterizados como impressões de documentos totais e desempenho dos equipamentos instalados, relacionados no referido anexo, bem como os indicadores que possivelmente serão inseridos, tais como quantidade de impressões por usuário e adoção de modelo de impressão adequado para o Tribunal (departamental, ilha ou por servidor).

Plano de Logística Sustentável

35

O Anexo I deste PLS ainda demonstra a quantidade de equipamentos de impressão instalada por unidade. Ressalte-se que o respectivo levantamento foi realizado no início do mês de agosto por meio do sistema ASI e que, para fins de atualização desse levantamento, consta como ação do PLS a abertura de procedimento no SEI para que cada área confirme a quantidade de equipamentos instalados. Sugere-se que essa ação se repita a cada quatro meses.

O Anexo II deste PLS apresenta os valores gastos com a aquisição de equipamentos de impressão.

> **Objetivo:** aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

> **Justificativa:** promover e difundir práticas de ecoeficiência dos materiais utilizados para impressão de documentos.

> **Meta:** diminuir o consumo de materiais utilizados para impressão de documentos em 10%.

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Engaj. a sustentabilidade duplex: nas próximas aquisições de impressoras a serem realizadas.	AGS/Coint	Em andamento Ação contínua
Configurar as impressoras para modo recorte, padrão frente e verso.	AGS/Coint	Em andamento Ação contínua
Instalar fonte Sena Eco-flex nas unidades. Treinar de um modo de fonte especialmente desenvolvida para economizar tinta nas impressões.	AGS/Coint	Em estudo
Oss.: verificar a viabilidade de redução do inquérito de fontes de impressão.		
Realizar estudo para implantar contrato de serviços de impressão (outsourcing).	DGI/AGS/Coint	Pendente

Plano de Logística Sustentável

36

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Estudar a possibilidade de instalar software de contabilização de impressão em todas as impressoras (ex.: paper cut).	ADSCorrif	Pendente
Aumentar procedimento no SEI para confirmação da quantidade de impressoras por unidade de trabalho.	DGAGS/Depat	Em andamento Ação intermitente

III. Energia Elétrica

Desde o início da ocupação das edificações do Tribunal, ao final de 2011, a engenharia monitora e avalia continuamente as diversas áreas comuns do Tribunal e executa ações para redução do consumo de energia. As ações envolvem o ajuste da programação horária de iluminação, o remanejamento e/ou a retirada de luminárias (respiração) e a aquisição de material de reposição de melhor eficiência elétrica e menor consumo.

É possível verificar a redução significativa e contínua, ano a ano, do consumo medido na Entrada A (instalações de iluminação e tomadas elétricas em geral de todas as edificações e as instalações de ar-condicionado dos auditórios, do Foyer e do Edifício-Anexo), mesmo com o aumento da ocupação dos edifícios. A redução no período 2012-2015 foi superior a 18%.

Em contrapartida, o consumo medido na Entrada B (instalações de ar-condicionado do Edifício-Sede e instalações gerais da Sala-Cofre-CPD) vem aumentando, dado o aumento da ocupação do prédio e o calor excessivo observado nos últimos anos. As variáveis exógenas (fatores climáticos), fora do controle da administração, e a ocupação das áreas são determinantes na demanda de energia. A título ilustrativo, a variação mensal entre o maior e o menor consumos medidos na Entrada B foi da ordem de 50% em 2014 e de 40% em 2015.

Na soma total das medições de energia consumida (entradas A e B), houve redução no período 2012-2015 superior a 4%.

A estrutura tarifária e as demandas contratadas foram ajustadas em duas ocasiões. Por meio do primeiro termo aditivo (2012), a modalidade tarifária

Plano de Logística Sustentável

37

foi alterada de azul para verde, e os valores de demanda foram reduzidos de 2.400kW para 1.750kW (Entrada A) e de 1.800kW para 1.150kW (Entrada B). Por sua vez, o terceiro termo aditivo (2014) reduziu novamente a demanda da Entrada A de 1.750kW para 1.550kW. O contrato vigente será encerrado em outubro de 2016, sem possibilidade de prorrogação. No novo ajuste a ser firmado, a demanda da Entrada B será alterada para melhor adequar-se ao consumo ora evidenciado, em função do aumento da ocupação das edificações, devido ao aumento do quadro de servidores por meio da Lei nº 13.250, de 13 de janeiro de 2016, e das resoluções-TSE nº 23.468, de 29 de janeiro de 2016 e 23.480, de 17 de maio de 2016.

No primeiro semestre de 2016, a Secretaria de Administração enviou aos servidores e colaboradores e-mails de conscientização do uso racional de energia e melhores práticas para redução do consumo, com base em sugestões feitas pela equipe de engenharia da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (Cenaz) do Tribunal.

Por fim, alertamos que, com o aumento da ocupação das edificações, em cumprimento da Lei nº 13.250/2016 e das resoluções-TSE nº 23.468/2016 e 23.480/2016, a tendência, em curto e médio prazos, é de aumento do consumo de energia.

> **Objetivo:** gerir eficientemente energia elétrica.

> **Justificativa:** racionalizar o consumo de energia elétrica.

> **Meta:** diminuir o consumo de energia elétrica em 1%.

Histórico de Consumo					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	Jun/2016
Força de trabalho					
total - Justiça em	2.031	1.817	1.924	2.047	2.047
Números (CNA)					

Plano de Logística Sustentável

38

Ano	Consumo de energia (kWh)	Consumo de energia (kWh) por m²**	Gasto em R\$	R\$ por m²**
2012	8.636.132	74,44	3.736.472,69	32,21
2013	8.303.472	70,69	3.181.529,98	27,43
2014	8.537.416	73,60	3.430.278,72	29,49
2015	8.256.965	71,18	3.105.280,01	24,01
2016*	4.182.697	36,06	2.829.496,45	24,39

*Valores até junho de 2016.

**Área construída, de acordo com o Alvará de Construção e Habite-se: 116.000m².

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Programar remotamente os equipamentos de ar-condicionado para, periodicamente, ajustar a temperatura para valores iguais ou superiores a 22° C.	DGAGS/Seesl	Em estudo
Fazer campanha para boas práticas: manter janelas e portas fechadas, desligar o ar e a iluminação ao sair, utilizar as escadas, bem como estimular o uso de iluminação e de ventilação natural.	AGS/Acom/SGP/Seesl	Em andamento Ação intermitente
Redstring o uso de micro-ondas, cafeteiras, aquecedores e outros utensílios elétricos nas unidades (restrito às copas). Elaborar instrução normativa acerca da necessidade de redução do consumo de energia no edifício todo.	DGSA/DIAGS	Pendente
Reduzir a iluminação das áreas de circulação conforme o horário.	DGAGS/Seesl	Em andamento Ação contínua
Substituir as lâmpadas por modelos mais eficientes.	DGAGS/Conaq	Em estudo
Realizar serviços de presença nas áreas comuns e nos banheiros.	Serge	Em estudo
Analisar estrutura tarifária, demanda contratada e consumo de energia reativa.	Seesl	Em andamento Ação contínua

Plano de Logística Sustentável

39

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Reorganizar a distribuição das luminárias, diminuindo o número de lâmpadas acesas.	Serge	Em andamento Ação contínua
Buscar convênios com universidades locais, instituições que ofereçam projetos de extensão acadêmica (financiados por CNPq, Fapes, Capes, etc.) para elaboração de substituições com vistas à redução do consumo de energia elétrica.	Conaq	Pendente
Utilizar fontes de energia alternativa (ex.: microgeração fotovoltaica).	Conaq	Em estudo

IV. Água e Esgoto

Com o aumento da população do prédio, o consumo de água tende a aumentar. Já possuímos sistema de esgoto a vácuo, que reduz consideravelmente o volume de esgoto gerado. A irrigação é realizada com água proveniente de poço artesiano. A excelente relação de custo e benefício dessa ação pode ser verificada pelo comparativo do valor do m³ de Água: Caesb: R\$23,96 e poço artesiano: R\$0,14. Além disso, nosso principal consumidor, a Coseq, já tem a cultura de usar pouca água.

Quanto à manutenção preventiva, já existe a rotina de rondas diárias e verificação de áreas suscetíveis à ocorrência de vazamentos. Como medida de economia, foram instalados, nas pias de uso comum dos banheiros, redutores de vazão, tipo chuveirinho, que diminuem o fluxo de água para cerca de 1/3 dos redutores convencionais.

Por meio da Central de Automação, o fluxo de entrada de água no prédio é mensurado continuamente. Também, como medida de segurança, o controle de consumo foi reforçado por meio da leitura e anotação diária diretamente no hidrômetro.

A limpeza dos reservatórios é realizada aos finais de semana, quando o consumo é reduzido. A entrada de água potável no prédio é controlada previamente para

40

Plano de Logística Sustentável

que seja somente a essencial ao abastecimento, reduzindo a quantidade a ser descartada.

Houve redução de mais de 50% do volume de água consumida comparado aos anos de 2012 e 2015. Entende-se que, do ponto de vista técnico, não há como reduzir mais o consumo de água, tendo sido atingido o ponto de equilíbrio.

> **Objetivo:** gerir eficientemente água e esgotos.

> **Justificativa:** racionalizar o consumo de água.

> **Meta:** manter as medidas de combate a desperdícios.

Histórico de Consumo			
Ano	Consumo de água (m3)	Consumo de água m³ por m²**	Gasto em R\$ por m²
2012	31.529	271,8	R\$ 793,36
2013	22.404	160,04	R\$ 484,96
2014	15.031	107,98	R\$ 451,10
2015	13.631	97,92	R\$ 349,14
2016*	7.342	52,74	R\$ 202,04

*Valores até junho de 2016.

** Área construída, de acordo com o Alvará de Construção e Habite-se: 116.000m².

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Manter rotinas de manutenção preventiva para redução de vazamentos.	Semip	Em andamento Ação contínua
Monitorar consumo de água.	Semip	Em andamento Ação contínua
Controlar o nível dos reservatórios durante a limpeza para evitar desperdício.	Semip	Em andamento Ação contínua
Promover estudos para a implantação do reuso de água e o tratamento dos efluentes gerados.	Senge	Suspensa

Obs.: a edificação foi concebida com sistema de reuso para irrigação. No entanto, esse sistema foi desativado sendo em vista baseia legal imposta pela Casteb. O caso com o normativo foi encaminhado ao TSE e encontra-se no PA nº 42.802/2012.

Plano de Logística Sustentável

41

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Aproveitar água da chuva.	Senge	Suspensa

Obs.: a edificação não foi concebida com a característica de utilização de água de chuva. A implementação desse tipo de solução técnica para utilizar águas pluviais é bastante onerosa nessa fase da vida da edificação e encontra algumas barreiras. O sistema de reuso inicialmente idealizado para essa edificação era destinado à irrigação, não fazendo sentido para a utilização no período de chuvas. Outra barreira é de cunho legal. A Casteb elabora normativo relativo a reuso que inviabiliza a utilização de águas pluviais para irrigação pressurizada.

V. Gestão de Resíduos

> **Objetivo:** gerir eficientemente resíduos.

> **Justificativa:** aprimorar a gestão de resíduos.

> **Meta:** promover a correta destinação de resíduos e materiais em desuso.

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Disponibilizar um coletor de latex no restaurante para estimular o aumento da separação deste tipo de resíduo.	Restaurante/ Facal	Em estudo
Fortalecer a cultura interna por meio de campanhas de sensibilização de coleta seletiva de resíduos sólidos.	AGS/SOP/Assom	Em andamento Ação intermitente
Estudar a viabilidade da implantação da compostagem nas dependências do Tribunal, aproveitando as sobras do restaurante (two orgânico).	AGS/Restaurante/ Facal/Colegi/ SOP/Facal	Em estudo
Incluir nos contratos de TI o descarte sustentável de resíduos de informática.	STI	Em estudo
Implantar o Projeto Pape Pilhas – instalar coletores para pilhas e baterias.	AGS/Colegi/ Assom	Em andamento Ação singular

Plano de Logística Sustentável

42

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Repassar o material recolhido no projeto para-pilhas à empresa para que faça o correto tratamento dos resíduos (Atmex).		Em andamento Ação contínua
Adotar o Projeto BiguaCaeto – óleo de fritura.	AGS/Consig/ Accem	Em estudo
Implantar ecoponto para separação de resíduos.	AGS/Consig/ Accem	Em estudo
Adotar a logística reversa ou doação para peças inservíveis da frota de veículos.	Setrav/AGS	Em estudo
Recolher todas as lixeiras nas unidades que já dispõem de coletores adequados para coleta seletiva.	DGC/Consig	Em estudo

VI. Programa Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (PQVT)

- > **Objetivo:** elevar a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- > **Justificativa:** aumentar o bem-estar dos servidores e colaboradores no ambiente de trabalho.
- > **Meta:** realizar 30 ações de melhoria do ambiente organizacional e qualidade de vida do corpo funcional.

Plano de Logística Sustentável

43

Histórico de Atividades - PQVT*	
2012	
Ações (14 atividades)	Força de trabalho alcançada (3.544 participantes)
Dia Internacional da Mulher	85 (atividades)
Campanha DST/Aids – Carnaval 2012 (distribuição de preservativos na semana anterior ao Carnaval)	500 (preservativos)
Programa de Controle do Estresse – Grupo da Cipa (de janeiro a julho com grupo fechado de garçons e copistas)	38 (grupos fechados)
Campanha de Vacinação contra a Gripe	1.500 (doses)
Programa de Controle do Estresse – Yoga (março a junho)	77 (22 encontros)
Programa de Controle do Estresse – Massagens Terapêuticas (junho a dezembro)	150 (médica de massagens por mês)
Programa Mais Saúde sem Cigarro (grupo fechado)	7 participantes
Campanha – 14 de Novembro – Dia mundial contra Diabetes (teste de glicemia capilar – Laboratório Sabar)	339 (testes realizados)
Programas Preventivos de Saúde – Cuidando da Pressão Arterial e do Coração (março a novembro)	69 (7 encontros)
Programas Preventivos de Saúde – Controle das Taxas de Gordura no Sangue (março a novembro)	40 (6 encontros)
Programas Preventivos de Saúde – Peso Saudável (março a novembro)	453 (45 encontros)
Programas Preventivos de Saúde – Cuidando da sua Tireoide (março a novembro)	106 (6 encontros)
Programas Preventivos de Saúde – Educação em Saúde Mental (março a novembro)	49 (6 encontros)
Exame Periódico de Saúde	136 (servidores)

* No âmbito do Tribunal, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho é disciplinado pela Portaria TSE nº 278, de 9 de maio de 2014. Essencial registrar que, no histórico das atividades, quando se considera o total da força de trabalho alcançada, uma pessoa pode ter participado de várias ações.

Plano de Logística Sustentável

44

Histórico de Atividades – PQVT	
2013	
Ações (8 atividades)	Força de trabalho alcançada (2.211 participantes)
Campanha DST/AIDS – Carnaval 2013 (distribuição de preservativos na semana anterior ao Carnaval)	400 (preservativos)
Da Internacional da Mulher – Palestra e Oficina	150 (2 eventos)
Teste de Rimanpendência – Laboratório Sabon	58 (realizaram o exame)
Campanha de Vacinação contra a Gripe	1.500 (doses)
Programa MovimentoTSE – Da Mundial da Atividade Física	40
Palestra sobre Saúde Orofacial (DTM)	63
Programa MovimentoTSE – Alongamento	(Sem registro de quantitativo)
IV Jornada de Qualidade de Vida	(Sem registro de quantitativo)
2014	
Ações (8 atividades)	Força de trabalho alcançada (2.211 participantes)
Campanha de Vacinação contra a Gripe	1.550
Genética Laboral	390
Palestra Prevenção de Crise e Qualidade de Vida	100
Palestra Como Está seu Sono (SJD e STI)	54
Palestra Estresse (SJD e STI)	68
Biot da Saúde (SGP e GAB. MRL)	152
Palestra Saúde Financeira (ConectTSE)	50
Palestra Nutrição Funcional – Alongamento Prático (ConectTSE)	100
Palestra O Sonho Mais Lindo do Mundo	43
Palestra Hipersensibilidade Dentária	20
Oficina de Comunicação (Cats/SGP)	29
Oficina de Saúde Emocional (Biblioteca)	11
Projeto Pausa (Secretaria Judiciária)	36

Plano de Logística Sustentável

45

Histórico de Atividades – PQVT	
2015	
Ações (13 atividades)	Força de trabalho alcançada (2.006 participantes)
Prevenção ao Câncer Bucal (campanha por e-mail e consultas de avaliação odontológicas)	(Sem registro de quantitativo)
Mês da Nutrição (campanha informativa por e-mail)	(Sem registro de quantitativo)
Mês de Combate à Hipertensão	167 (afirmações de pressão)
Campanha de Vacinação (servidores, dependentes e colaboradores)	900 (doses)
Campanha de Doação de Sangue e Medula Óssea	15 (doações inseridas no Indicador Ações Solidárias)
Saúde Ocular – Exame de Acuidade Visual	280
Combate ao Tabagismo – Curso de Apoio Antifumo (voltado à quem deseja parar de fumar)	13
Meio Ambiente – Campanha Sustentabilidade (campanha informativa, envelope na intranet com solicitação de sugestões de sustentabilidade e entrega de mudas maderais)	59 (contribuições)
IX Jornada de Qualidade de Vida no Trabalho (evento em homenagem ao Dia do Servidor)	461 (somam dois participantes em palestra e oficinas)
Outubro Rosa – Doação de Lençóis	36 (doações de lençóis inseridas no Indicador Ações Solidárias)
Prevenção ao Câncer de Próstata – Novembro Azul – Campanha de Doação de Fraldas	128 (pacotes (doações de fraldas inseridas no Indicador Ações Solidárias)
Combate à Aids (campanha informativa por e-mail)	(Sem registro de quantitativo)
Pausa no Trabalho – Genética Laboral	85
Pausa no Trabalho – Yoga Integrativa	220
Pausa no Trabalho – Meditação e Relaxamento	274
Programa Reintegrar (readaptação, reinserção e acompanhamento de servidores que apresentem queixas de saúde e adoecimento físico ou/psicossocial relacionados ao trabalho)	6
Exame Periódico de Saúde – Médico	165
Exame Periódico de Saúde – Odontológico	265

Plano de Logística Sustentável

46

Histórico de Atividades – PCVT	
2016 (janeiro a junho)	
Ações (13 atividades)	Força de trabalho alcançada (1.575 participantes)
Ciclo da Mulher – Cine Pipoca	159
Ciclo da Mulher – Oficina de Maquiagem	8
Ciclo da Mulher – Roda de Conversa: Homônios e Saúde da Mulher	50
Ciclo da Nutrição – Palestra Nutrição e Antenvelhecimento	59
Oficina Ponto Saudável	56
Pausa no Trabalho – Meditação	260 (58 encontros)
Pausa no Trabalho – Ioga	291 (84 encontros)
Conversando sobre as Emoções (colaboradores da Imprensa e da mídia)	155
Conversando sobre as Emoções (colaboradores e servidores)	79 (8 encontros)
Cine Ser	24 (2 encontros)
Oficina Empoderar pelo Uso das Habilidades	34 (2 encontros)
Cinemas do Bem-Estar (evento semanal/9 encontros)	(Sem registro de quantitativo)
Reintegrar	5
Mesa Redonda sobre Saúde Financeira	69
Exame Periódico de Saúde – Odontológico	152
Exame Periódico de Saúde – Médico	122

Histórico de Atividades	
Participação de servidores em ações solidárias	
2012	
Ações	Total no ano
Realizar Solidário (doar arrecadados R\$5.760,00 e utilizar R\$5.781,21 para a execução de todo o projeto, com colaboração de todos os servidores)	116 (realizar no valor de R\$259,40; 140 pacotes de hastes descartáveis); 250 brinquedos, roupas e sapatos

Plano de Logística Sustentável

47

Histórico de Atividades	
2015	
Ações	Total no ano
Campanha de Doação de Sangue e de Medula Óssea	11 (doadores de sangue); 4 (doadores de medula)
Prevenção ao Câncer de Próstata – Novembro Azul – Campanha de Doação de Fritadas	128 (pacotes de fritadas)
Outubro Rosa – Doação Lenço Solidário	36 (lenços)
Compartilhamento de Atividades (os servidores se voluntariam para tirar dúvidas dos menores nas seguintes matérias: matemática, inglês, física, português, raciocínio lógico, informática, geografia, história, filosofia, sociologia)	13 (servidores voluntários)

Plano de Ação

O Programa de Qualidade de Vida é composto pelos subprogramas Reintegrar, Ciclos Temáticos, Saúde Financeira, Pausa no Trabalho, Saúde Mental, Exames Periódicos de Saúde – Odontológico e Médico –, além da Campanha de Vacinação.

PCVT			
Subprograma	Ação	Unidade responsável	Situação
Reintegrar	Levantamento Semanal das Licenças Médicas de Servidores Afetados por Motivos de Saúde	SGP	Em andamento
	Arcabouço aos Servidores e aos Gestores		Ação contínua
	Estudo Multiprofissional de Casos Atendidos		Em andamento
	Encaminhamentos para Rede de Apoio		Ação intermitente
	Intervenções no Ambiente de Trabalho		Em andamento
			Ação intermitente

Plano de Logística Sustentável

48

POVT			
Subprograma	Ação	Unidade responsável	Situação
Ciclo Temático	Oficinas/Rodas de Conversas	SGP	Em andamento
	Campanhas		Ação contínua
	Murais/Exposições		Em andamento
	Em andamento		Ação contínua
	Palestras/Mesas Redondas		Em andamento
Saúde Financeira	Levantamento de Número de Servidores com Empréstimos Consignados em Folha de Pagamento	SGP	Concluída
	Entrevistas com Especialistas em Educação Financeira		Pendente
	Elaboração e/ou Divulgação de Materiais sobre Saúde Financeira		Pendente
	Curso Básico de Educação/ Saúde Financeira		Pendente
	Acompanhamentos Breves de Servidores com Demandas Relacionadas ao Tema		Pendente
Subprograma	Ação	Unidade responsável	Situação
Pausa no Trabalho	Meditação e Relaxamento	SGP	Em andamento
	Yoga		Ação contínua
	Em andamento		Ação contínua
	Ginástica Laboral		Pendente

Plano de Logística Sustentável

49

POVT			
Subprograma	Ação	Unidade responsável	Situação
Saúde Mental	Encontros Semanais Conversando sobre as Emoções	SGP	Em andamento
	Conto do Bem-Estar (às sextas-feiras)		Ação contínua
	Em andamento		Em andamento
	Cine- Ser (leitura e discussão de trechos de filmes com temas emocionais)		Ação contínua
	Oficinas de Autoconhecimento e Desenvolvimento de Habilidades Emocionais		Em andamento
	Atendimentos Individuais Psicológicos		Ação intermitente
	Atendimentos Individuais Psicológicos		Em andamento
	Atendimentos Individuais Realizados pelo Serviço Social		Ação contínua
	Em andamento		Ação contínua
Subprograma	Ação	Unidade responsável	Situação
Exame Periódico	Exame Periódico de Saúde – Médico	Cals	Em andamento
	Exame Periódico de Saúde – Odontológico		Ação contínua
	Em andamento		Ação contínua
	Ação contínua		Ação contínua

Ações independentes e de acessibilidade		
Ação	Unidade responsável	Situação
Campanha de Vacinação	Cals	Suspensa em 2016
Espaço de Convivência	SADISGP	Em estudo
Horta com Resíduos Orgânicos do Restaurante	SADISGP	Em estudo
Programa de Preparação para Aposentadoria	SGP	Em estudo para 2017

Plano de Logística Sustentável

50

Ações independentes e de possibilidade		
Ação	Unidade responsável	Situação
Adaptação das Áreas de Atendimento do TSE de acordo com a NBR 9050 (norma de acessibilidade de edifícios, com alterações de banheiros de atendimento, portas, bebedouros, restaurantes e telefones)	Comissão de Acessibilidade e Censaq	Em estudo
Disponibilização no Site do TSE – uma Solução de Acessibilidade em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento aos deficientes auditivos e em voz (voltada a pessoas com outras deficiências)	SGWeb/Coord/SGI	Suspensa
Aquisição de Caminhos Motorizados para Ajudar na Locomoção das Pessoas com Necessidades especiais	Assel	Em estudo
Solicitação de Ponto de Bike Brasília em Conjunto com o TST e o STJ (Termo de Cooperação nº 120/16)	AGS	Em andamento Ação singular

VII. Telefonia

Importante destacar que, quanto aos indicadores de telefonia móvel, não há como fazer uma previsão confiável, pois o contrato de telefonia móvel foi encerrado neste ano. Agora é usado o modelo de ressarcimento preconizado pela Instrução Normativa-TSE nº 7/2006.

Outro ponto relevante é a utilização da tecnologia VoIP no TSE e nos TREs. Além do TSE, a tecnologia está implementada em 11 regionais (TO, RO, MT, PA, PE, SP, DF, SE, CE, PI e RN) e encontra-se em andamento nos tribunais de Mato Grosso do Sul e do Maranhão.

> **Objetivo:** aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

> **Justificativa:** racionalizar o gasto com telefonia.

> **Meta:** diminuir o consumo de telefonia em 5%.

Plano de Logística Sustentável

51

Histórico de Consumo Telefonia fixa					
Gasto médio anual por linha*					
Ano-base	2012 (± 1.707 linhas)	2013 (± 1.757 linhas)	2014 (± 1.807 linhas)	2015 (± 1.857 linhas)	2016 (± 1.907 linhas)
Valor (R\$)	117,97	78,57	71,72	54,65	23,05
Gasto total anual estimado*					
Valor (R\$)	201.581,33	125.047,53	129.624,68	101.484,37	43.656,77
Gasto total estimado (2012-2016)*					

R\$514.414,80

*Os cálculos foram realizados por meio do controle de pagamentos encaminhados pela Seção de Análise Técnica (Sat). Saliente-se que os valores das planilhas encaminhadas pela Sat não possuem a finalidade de registro documental; portanto, o gasto exposto aqui trata de um valor bastante aproximado, mas não de um valor exato.

Obs.: há faturas pendentes de outros anos. As empresas de telefonia, em geral, não encaminham as faturas com uma boa regularidade mensal. O Contrato TSE nº 114/2011 (DVT) teve sua vigência encerrada em 29.5.2013. Esse contrato foi substituído pelo Contrato TSE nº 125/2011, bem como pelo Contrato TSE nº 28/2013, ambos vigentes e firmados com a empresa Claro S.A.

Histórico de Consumo Telefonia móvel					
Gasto médio anual por linha (60 linhas)*					
Ano-base	2012	2013	2014	2015	2016
Valor (R\$)	340,84	202,37	234,72	261,44	
Gasto total anual estimado do contrato*					
Valor (R\$)	27.267,21	23.389,45	18.777,63	20.915,32	
Gasto total estimado do contrato (2012-2016)*					

R\$90.349,61

*Os cálculos foram realizados por meio do controle de pagamentos encaminhados pela Sat.

Obs.: há faturas pendentes de outros anos. A empresa não encaminha as faturas com regularidade mensal; então as de 2016 ainda não foram liquidadas. A vigência contratual encerrou-se em 27.5.2016.

Plano de Logística Sustentável

52

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Estimular a adoção de formas alternativas de comunicação (WhatsApp, Jabber) por meio de campanhas com o envio de e-mails frequentes para os usuários.	AGS/Acom/Selei	Pendente
Rever a instrução normativa que trata da política de senhas eletrônicas.	Selei	Em estudo
Intensificar, com o auxílio de campanhas, a utilização do correio eletrônico com os tribunais que não dispõem de tecnologia VoIP.	AGS/Acom	Pendente
Ampliar o escopo de tribunais regionais com tecnologia VoIP.	Selei	Em andamento Ação contínua

VIII. Vigilância

Várias iniciativas estão em pleno andamento sob a coordenação da Secretaria de Segurança e Transporte (SST). Vale destacar: aperfeiçoamento relacionado ao sistema eletrônico de acesso aos prédios e de monitoramento – processos SEI nº 2015.00.000006787-0, 2016.00.000005294-1, 2016.00.000005562-2, 2016.00.000007858-4, 2016.00.000000586-1; adequação da alocação dos postos de trabalho a demanda relacionada à segurança, ao controle e à circulação de pessoas, veículos e bens – Processo SEI nº 2016.00.000010001-0; revisão dos contratos de vigilância que visa ao real dimensionamento dos postos de trabalho – Processo SEI nº 2016.00.000010061-0; revisão de normas internas – Processo SEI nº 2015.00.000004689-0; e ampliação da abrangência dos cursos de treinamento e capacitação com foco em temas referentes à saúde e à segurança no trabalho – Processo SEI nº 2015.00.000005153-2.

> **Objetivo:** aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

> **Justificativas:** racionalizar o gasto com o serviço prestado.

> **Meta:** racionalizar os gastos com a vigilância.

Plano de Logística Sustentável

53

Histórico por Posto de Trabalho					
Fonte	Descrição	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
- Procedimento Administrativo nº 193/2012, Contrato TSE nº 8/2012, - 5º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 8/2012, - 7º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 8/2012, - 9º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 8/2012	Valor inicial = Posto de vigilância armada 12x36 (diurno)	5.999,75	7.120,82	8.876,54	9.144,04
	Valor inicial = Posto de vigilância armada 12x36 (noturno)	6.582,11	7.758,92	9.557,56	10.242,22
	Valor inicial = Posto de vigilância desarmada 12x36 (diurno)	6.037,70	7.158,80	8.916,84	9.184,36
	Valor inicial = Posto de vigilância desarmada 12x36 (noturno)	6.620,08	7.796,90	9.597,88	10.285,52
	Valor inicial = Posto de vigilância desarmada 5x2 (diurno)	3.177,26	3.761,40	4.468,10	4.614,63
	Valor inicial = Posto de encamigado 12x36 (diurno)	7.020,17	8.341,28	10.424,00	10.708,70
	Valor inicial = Posto de encamigado 12x36 (noturno)	7.718,63	9.106,64	11.240,80	12.029,50
	Valor inicial = Posto de encamigado 5x2	3.668,45	4.352,64	5.183,97	5.576,79

Plano de Logística Sustentável

54

Histórico por Posto de Trabalho					
Fonte	Descrição	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
Procedimento Administrativo nº 156/2012; - 4º Termo Aditivo ao Contrato-TSE nº 8/2012; - 6º Termo Aditivo ao Contrato-TSE nº 8/2012; - 8º Termo Aditivo ao Contrato-TSE nº 8/2012; - 10º Termo Aditivo ao Contrato-TSE nº 8/2012	Valor atual = Posto de vigilância armada 12x36 (diurno)	7.120,82	8.876,54	9.546,64	10.037,72
	Valor atual = Posto de vigilância armada 12x36 (noturno)	7.758,92	9.557,56	10.393,90	11.228,92
	Valor atual = Posto de vigilância desarmada 12x36 (diurno)	7.158,80	8.916,84	9.587,18	10.083,20
	Valor atual = Posto de Vigilância Desarmada 12x36 (noturno)	7.796,90	9.597,88	10.434,22	11.274,42
	Valor atual = Posto de vigilância desarmada 5x2	3.761,40	4.468,10	4.814,63	5.297,79
	Valor atual = Posto de Encanagado 12x36 (diurno)	8.341,28	10.424,00	11.191,82	11.732,54
	Valor atual = Posto de encanagado 12x36 (noturno)	9.106,64	11.240,80	12.207,86	13.161,40
	Valor atual = Posto de encanagado 5x2	4.362,64	5.183,97	5.576,79	6.122,42

Plano de Logística Sustentável

55

Histórico por Posto de Trabalho					
Fonte	Descrição	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
- Procedimento Administrativo nº 156/2012 3º Termo Aditivo ao Contrato-TSE nº 8/2012	Quantidade de postos de trabalho	147	147	147	147

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Aperfeiçoar o sistema eletrônico de acesso aos prédios	Semov/Coig	Em andamento Ação singular
Revisar normas internas e os contratos de vigilância visando ao real dimensionamento dos postos de trabalho	Coig	Em andamento Ação intermitente
Ampliar a abrangência dos cursos de treinamento e capacitação com foco em temas referentes à saúde e à segurança no trabalho.	SST/SGP	Pendente
Capacitar servidores na área de inteligência em segurança.	Coig/SGP	Em andamento Ação intermitente
Crear comissão de segurança.	SST/EG	Suspensa
Dar preferência a instituições públicas para a reciclagem obrigatória de agentes de segurança.	SST/EG	Pendente
Adequar a alocação dos postos de trabalho à demanda relacionada à segurança, ao controle e à circulação de pessoas, veículos e bens.	Coig/Coman	Em andamento Ação intermitente

IX. Limpeza

➤ **Objetivo:** aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

Plano de Logística Sustentável

56

> **Justificativa:** otimizar o processo de contratação incluindo critérios de sustentabilidade.

> **Meta:** incluir critérios de sustentabilidade nos contratos de limpeza.

Histórico de Consumo Material de limpeza Valor mensal por m² Gasto de limpeza por área construída (131.091,64m²)						
Ano-base	2012	2013	2014	2015	2016	
Valor total do contrato (R\$)	3.440.602,92	4.696.272,63	5.527.151,69	6.136.464,73	6.579.624,46	
Valor mensal (R\$) por m²	22,77	32,40	36,58	40,61	43,54	
Gasto anual com material de limpeza						
Ano-base	2012	2013	2014	2015	2016	
Valor (R\$)	361.965,81	185.208,13	244.913,44	252.438,79	131.703,32	

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Realizar estudo para implementação dos serviços de limpeza por m²	Cosag	Pendente
Suprir e incluir, nos contratos de limpeza, de responsabilização da empresa contratada, em capacitar e sensibilizar periodicamente as equipes e utilizar materiais que observem critérios de sustentabilidade.	Cosag	Pendente
Usar, obrigatoriamente, produtos biodegradáveis de limpeza.	Cosag	Pendente
Usar sacos biodegradáveis para recolhimento do lixo.	Cosag	Pendente
Orar campanha para o usuário separar o lixo.	Cosag/AGS/DG	Em andamento
Recolher todos os lixos de uso individual, estimulando o uso adequado do coletor seletivo.	Cosag/AGS/DG	Ação intermitente
	Cosag/AGS/DG	Em estudo

Plano de Logística Sustentável

X. Combustível

Algumas iniciativas estão sendo realizadas para garantir utilização mais eficiente dos recursos destinados ao indicador combustível. Destaques para: implantação de controle de quantidade de quilômetros rodados por veículo – processos SEI nº 2016.00.000033606-7, 2016.00.000004202-4; otimização de notas – Processo SEI nº 2016.00.000034202-4; deslocamento parcial da frota dos grupos de veículos de serviço – processos SEI nº 2016.00.000004106-5, 2016.00.000004202-4, 2016.00.000011636-2, 2016.00.000010870-0; e elaboração de estatística para acompanhamento e controle dos gastos.

> **Objetivo:** utilizar de forma eficiente os insumos e materiais.

> **Justificativa:** reduzir emissão de substâncias poluentes.

> **Meta:** utilizar combustível menos poluente nos veículos do TSE e reduzir o consumo de diesel em 20%.

Histórico de Consumo					
Fonte	Descrição	2012	2013	2014	2015
Procedimento Administrativo nº 2.5332011	Consumo de gasolina da frota (litros)	33.080	22.618	28.580	30.256
	Consumo de etanol da frota (litros)	0	0	0	0
	Consumo de diesel da frota (litros)	38.788	34.063	36.867	32.028

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Implantar controle de quantidade de quilômetros rodados por veículo.	Setran/Setranav	Em andamento
Estudar a possibilidade de instalar sistema de telemetria em todos os veículos do TSE.	Coran	Pendente
Implantar equipe especializada em manutenção veicular.	Setran	Suspensa
Otimizar notas.	Setran	Pendente
Utilizar combustíveis com o menor custo-benefício, tendo em vista critérios de sustentabilidade.	Setran	Pendente

Plano de Logística Sustentável

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Exigir, nas compras de veículos, que o nível de emissão de poluentes do escapamento esteja dentro dos limites do programa Proconve, do Itama, e recetar nesse quesito no mínimo duas estrelas como nota no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), do Inmetro.	Seamav/Cotran/AGS	Pendente
Cursos de capacitação para os motoristas.	Setran	Pendente

XI. Veículos

Algumas iniciativas estão em andamento para melhorar a utilização da frota veicular do TSE. São elas: planejamento da substituição da frota quando os custos anuais de manutenção representarem percentuais elevados ou quilometragem elevada – processos SEI nº 2016.00.000004126-5, 2016.00.000004202-4, 2016.00.000010670-0, 2016.00.000011636-2; implantação de vistorias prévias para racionalização de Impetza veicular, que foi efetivada com a inauguração do Procedimento Técnico-ContratST nº 32/2016, e revisar instrução normativa de transporte no âmbito do TSE, incluindo aspectos sobre gestão da frota – Processo SEI nº 2016.00.000003131-6.

> **Objetivo:** gerir eficientemente o transporte.

> **Justificativa:** racionalizar o uso de veículos e os custos operacionais de deslocamentos, observando critérios de sustentabilidade.

> **Meta:** reduzir em 14% a frota.

Plano de Logística Sustentável

59

Histórico da Frota					
Quantidade de veículos					
Fonte	Descrição	2012	2013	2014	2015
- Levantamento físico; - Procedimento Administrativo nº 13.483/2012; - Procedimento Administrativo nº 32.143/2014; - Processo SEI nº 2015.00.000001069-0; - Processo SEI nº 2015.00.000005944-4; - Processo SEI nº 2016.00.000002890-5; - Processo SEI nº 2015.00.000006484-7.	Quantidade de veículos de representação	9	9	9	15
	Quantidade de veículos de transporte institucional	10	10	10	6
	Quantidade de veículos de serviço	23	23	23	29
	Quantidade de veículos de transporte de material	3	3	3	1
	Quantidade de veículos de transporte coletivo	14	14	14	13
	Quantidade de veículos de transporte médico	1	1	1	0
	Quantidade total de veículos da frota	60	60	60	55

Plano de Logística Sustentável

60

Histórico da Frota					
Quantidade de veículos					
Fuente	Descrição	2012	2013	2014	2015
Manutenção					
Processo-Siafi	Descrição	2012	2013	2014	2015
Sisf 3.3.3.9.5.30.01 - Combustíveis e lubr. autom.					
3.3.3.9.5.30.39 - Material p/veiculd. de veículos					
3.3.3.9.5.39.19 - Manut. e consert. de veículos	Gastos com manutenção da frota (RD)	363.786,06	363.110,16	\$02.561,57	1.341.276,18
3.3.3.9.5.39.69 - Seguro em geral					
3.3.3.9.5.47.19 - Taxas					

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
"Quarentizar" a prestação de serviço de mecânica (fiscalização da prestadora).	Seamav/Cotran	Suspensa
Oferecer mais linhas de transporte funcional.	DQ/STJ/AGU/SGP	Em estudo
Implementar ecotaxação.	SST	
Planejar a substituição da frota quando os custos anuais de manutenção representarem percentuais elevados ou quilometragem elevada.	Seamav/Cotran/DO/AGU/SGP/SST	Em andamento Ação intermitente
Promover iniciativas para o desfazimento parcial da frota dos grupos de veículos de serviço e de transporte coletivo.	Seamav/Cotran/DG	Em andamento Ação intermitente
Promover avaliações periódicas de cada veículo para reduzir possíveis custos de manutenção e melhorar a qualidade do gasto público.	Seamav/Cotran	Em andamento Ação contínua
Realizar o rodízio de veículos para minimizar desgastes individuais.	Seamav/Cotran	Em andamento Ação contínua
Realizar visitas prévias para racionalização de limpeza veicular.	Seamav/Cotran	Em andamento Ação contínua

Plano de Logística Sustentável

61

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Implantar e aprimorar tabelas de custos para cada veículo.	Seamav	Em andamento Ação singular
Rever instrução normativa de transporte no âmbito do TSE, incluindo aspectos sobre gestão da frota.	Seamav/Cotran/DG/SST	Em andamento Ação singular
Adição de motocicletas para envio de documentos e artigos pequenos.	Cotran/SST	Em estudo

XII. Leiaute

A maioria dos gastos realizados até o momento com este indicador se relacionam à ocupação da edificação, não refletindo um histórico adequado para servir de base para a construção de um indicador.

Uma nova rotina está sendo implementada para a identificação dos custos advindos das alterações de leiaute. Além das unidades da Cerna, outras áreas, como Seau, Sepat, Coseg, estão interagindo e colaborando. A meta é implantar essa nova rotina para evidenciar os custos finais do processo, consolidando-os em uma única planilha. Esse instrumento servirá como parâmetro e base para racionalizar os recursos.

Importante registrar que, quando materiais novos são especificados, exigem-se certificados que comprovem a procedência, com as matérias-primas. Também há preferência por materiais que utilizem matéria-prima reciclada ou reciclável, desde que o custo não seja exacerbado.

Outro ponto relevante é o relatório apresentado pela Comissão de Acessibilidade sobre as adequações necessárias no prédio. Algumas demandas foram atendidas e outras estão em análise para a correta implementação.

Resalte-se que as edificações do Tribunal foram realizadas observando os requisitos de sustentabilidade. Além do alinhamento com a Resolução-CNU nº 114, de 20 de abril de 2010, que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras do Poder Judiciário, também foi adotado o padrão normativo da ISO 14001:2004, que visa assegurar a conformidade da obra com a política ambiental e demonstrar tal conformidade a terceiros. Para tanto, a construção foi certificada pela Fundação Vanzolini, conforme Anexo III.

Plano de Logística Sustentável

62

> **Objetivo:** aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

> **Justificativa:** racionalizar o gasto com o serviço prestado.

> **Meta:** programar e implementar sistema de medição de gastos.

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Criar banco de dados com os valores gastos com as alterações de leilão, cadastrar leilões executados, quantificar materiais utilizados e perfis.	Seq/Senge	Em estudo
Identificar, adquirir e utilizar, quando possível, materiais, duráveis, certificados e sustentáveis, preferencialmente reciclados e de origem de recursos naturais renováveis em conformidade com o Programa Brasileiro de Certificação Florestal do Instituto (Ceflor).	Seq/Senge	Em andamento Ação contínua
Identificar coordenadoras interessadas em eliminar divisões.	AGS/Saap	Pendente
Promover obras de acessibilidade.	AGS/Saap/Senge/SGP	Em andamento Ação Intermitente
Mantém mobiliário ergonômico.	Saap	Em andamento Ação contínua

XIII. Capacitação de Servidores em Educação Socioambiental

> **Objetivo:** consolidar, organizar e aprimorar as boas práticas de sustentabilidade.

> **Justificativa:** sensibilizar o corpo funcional para a prática do uso racional de recursos e de sustentabilidade.

> **Meta:** realizar quatro capacitações, presenciais ou à distância, em educação socioambiental.

Plano de Logística Sustentável

63

Histórico de Atividades	
2012	
Ações	Quantidade de ações
Avaliação de Governança de TI na Administração pública	7
Biosegurança	
Boas Práticas de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - Riscos e Controles	
Prevenção à Fraudes e Golpes	
Elaboração e Gestão de Programas de Qualidade de Vida no Trabalho na Administração Pública	
Gestão de Riscos e Auditoria	
Técnicas e Procedimentos de Controle e Auditoria no Setor Público	
2013	
Ações	Quantidade de ações
Análise de Documentos Fiscais Relacionados às Fraudes na Administração Pública	9
Auditoria - Teoria e Prática	
Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público	
Compras Estratégicas Comparatistas	
ERM - Gestão de Riscos	
Fórum Nacional de Governança em TI no Setor Público	
Gestão de Riscos	
Governança de TI na Administração Pública	
Workshop Gestão da Promoção de Saúde e Qualidade de Vida	
2014	
Ações	Quantidade de ações
Avaliação de Controles Internos	2
Seminário Internacional como Realizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública	

Plano de Logística Sustentável

64

2015		Quantidade de ações
Ações		
Contratos de TI – 50 Riscos que Você Pode Mitigar		
Gestão de Riscos na Administração Pública		
Gestão da Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida		
I Seminário de Saúde Mental no Trabalho		
2016		Quantidade de ações
Ações		
Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida no Trabalho no Setor		
Congresso Trabalho, Stress e Saúde		
Energia Solar Fotovoltaica		
Governança no Setor Público		
II Seminário de Saúde Mental no Trabalho: Desafios para Equipes de Acompanhamento Psicossocial, Saúde Ocupacional e QVT		
III Seminário de Desenvolvimento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário		

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Elaborar certificado de participação impresso em ações de capacitação interna.	GGP	Em andamento Ação singular
Produzir material, em vídeo, com duração de no máximo cinco minutos, para inserção durante os cursos internos, a fim de capacitar os servidores nas regras de sustentabilidade adotadas pelo Tribunal, incluir normas de segurança.	Ascom/AGS/SGP	Em estudo
Produzir diversas matérias relacionadas às dicas comerciais do calendário ecológico (Internet, intranet e TV).	Ascom/AGS/SGP	Em estudo
Solicitar às empresas contratadas para ministrar, no Tribunal, cursos que utilizem material didático sustentável.	GGP	Em estudo
Divulgar capacitações EAD sobre ações coerentes à sustentabilidade, obrigatoriamente gratuitas.	AGS/Ascom/SGP	Em andamento Ação intermitente

Plano de Logística Sustentável

65

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Divulgar capacitações presenciais sobre ações coerentes à sustentabilidade, obrigatoriamente gratuitas.	AGS/Ascom/SGP	Pendente
Confeccionar brinde no formato de miniaturas eletrônicas com o material de descarte para distribuição nos eventos do TSE.	AGS/STI	Em estudo
Incluir a responsabilidade socioambiental como tema obrigatório nas ambientações para novos servidores.	AGS/SGP/Ascom	Em estudo
Sensibilizar os servidores sobre a importância da sustentabilidade (ex.: visita ao lixo).	AGS/SGP/Ascom	Em estudo
Realizar pesquisa de clima organizacional.	GGP	Concluída em 2015 (a próxima será em 2017)
Realizar o I Encontro Nacional de Sustentabilidade da Justiça Eleitoral.	GGP/AGS/SGP	Em estudo
Realizar programa inclusão digital.	GGP	Em andamento Ação contínua

XIV. Produção Técnica e Científica

A continuidade das propostas de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável depende, dentre outros fatores, da aplicação de uma metodologia de trabalho que propicie condições de mensuração, avaliação e adequação das ações inicialmente propostas. Para tanto, são necessários estudos que registrem a evolução do PLS e possibilitem o exame comparado dos resultados.

Acerca da temática, vislumbra-se tanto a possibilidade de avaliação técnica, considerando elementos internos e intrínsecos à Justiça Eleitoral, como a investigação de caráter científico. Nesse sentido, justifica-se a apresentação de indicadores que gravitam em torno da publicação de estudos técnicos e da submissão de artigos científicos.

No contexto, vale registrar que a Assessoria de Gestão Socioambiental já desenvolveu o primeiro produto, materializado no Panorama Nacional

Plano de Logística Sustentável

66

– Responsabilidade Socioambiental na Justiça Eleitoral. No documento, foram elencadas as ações de cunho socioambiental promovidas pela Justiça Eleitoral desde a Meta Prioritária nº 6/2010 até o surgimento da AGS.

> **Objetivo:** promover trabalhos técnicos e científicos, de caráter qualitativo e quantitativo, dos índices de cumprimento das ações e metas do PLS e dos aspectos socioambientais relevantes anteriores e posteriores à sua implementação.

> **Justificativa:** possibilitar condições de mensuração, avaliação e adequação das ações inicialmente propostas pelo PLS.

> **Meta:** publicar seis produtos.

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Publicar três trabalhos técnicos.	AGS	Em andamento Ação continua
Submeter três artigos científicos e/ou capítulos de livros.	AGS	Em andamento Ação continua

XV. Descarte de Urnas Eletrônicas

A Justiça Eleitoral já realizou três descartes de urnas eletrônicas, totalizando cerca de 3,5 toneladas de material. É um trabalho que envolve a logística reversa de urnas eletrônicas e dos materiais correlatos. Dividi-se, basicamente, em quatro etapas: recolhimento, armazenamento, descaracterização e destinação ambientalmente correta.

Assim como na aquisição de urnas eletrônicas, o descarte exige uma grande operação logística para garantir o recolhimento em todo o território nacional, com um detalhe: sem ônus para a Justiça Eleitoral.

Todas as atividades relacionadas à logística reversa são regulamentadas por normas ambientais rígidas, sendo de responsabilidade do Tribunal garantir a plena observância e adequada destinação de todo o material processado.

Plano de Logística Sustentável

67

> **Objetivo:** garantir a descaracterização completa das urnas eletrônicas modelo 2004 sem ônus para a Justiça Eleitoral e agregar conteúdo social ao processo de descarte.

> **Justificativa:** necessidade de liberação de espaço nos galpões do TSE e dos TREs para armazenamento de novos equipamentos, bem como de observância aos padrões de sustentabilidade que orientam as instituições públicas.

> **Meta:** descartar, de forma ambientalmente correta, 100% do material gerado, sendo, no mínimo, 95% para reciclagem e 5% para aterros certificados.

Histórico de descartes			
Material	Modelo de urna descartado (toneladas)		
	UE96	UE98	UE00 e 02
UE*	437,5	352	1.474,8
Bateria	237,2	141	491,6
Bobinas**	125,7	143	45,6
Cabinas	—	—	2,8
Disquetes	27,2	—	9,8
Outros (peças/UPDs)	8,4	—	4,3
TOTAL	837	636	2.039,9

* Não descarte de UE96 e UE00/02, as cabos de papéis foram considerados no peso das urnas.

** Não descarte de UE98, as cabos de papéis foram considerados no peso das bobinas.

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Incluir ação social na contratação.	AGS	Em estudo
Consultar os Regionais sobre o quantitativo de material por UF.	STI	Em andamento Ação singular
Procurar empresas e/ou instituições interessadas no descarte de urnas.	AGS/STI	Pendente
Elaborar termo de referência.	AGS/STI	Pendente

Plano de Logística Sustentável

68

Plano de Ação		
Ação	Unidade responsável	Situação
Designar comissões de fiscalização (TSE/TRE).	DG/AGOS	Pendente
Elaborar declaração de bens inservíveis.	DG/STJ(CTI)	Pendente
Elaborar a base patrimonial dos equipamentos a serem descartados.	SAD	Pendente
Elaborar instrução de procedimentos para os TREs.	DG/AGS/STI	Pendente
Fiscalizar in loco o processo de descarte.	AGS/STI	Pendente
Estudar a possibilidade de auditoria externa.	AGS/STI	Pendente

Plano de Logística Sustentável

69

INVENTÁRIOS DE BENS E
MATERIAIS COM CRITÉRIOS
DE SUSTENTABILIDADE



6. INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Em conformidade com o que prescreve a Resolução-CNU nº 201/2015, o art. 3º da Resolução-TSE nº 23.474/2016 estabelece que o inventário físico-financeiro se caracteriza pela relação de materiais que compõem o estoque, com informações relativas à quantidade física e financeira, à descrição e ao valor do bem.

O art. 15 da mesma resolução, por sua vez, dispõe que a elaboração e a atualização do inventário de bens e materiais adquiridos no período de um ano deverão ser feitas em conformidade com a normalização interna de cada tribunal eleitoral.

Nesse contexto, o inventário de bens e materiais do tribunal eleitoral, segundo o art. 14 da Resolução-TSE nº 23.474/2016, apresenta-se como um dos requisitos mínimos que devem estar contidos no PLS. Frise-se, ainda, que no relatório respectivo deve haver a identificação dos itens nos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade na oportunidade de sua aquisição.

Resalte-se que, em linhas gerais, ao se realizarem compras sustentáveis, objetiva-se verificar a real necessidade de consumo do produto ou serviço. Para tanto, leva-se em conta o ciclo de vida das aquisições, desde a formulação dos projetos básicos até a fase de descarte dos materiais, com os correspondentes impactos à saúde humana e ao meio ambiente.

O referido relatório é exposto nos anexos IV e V deste Plano de Logística Sustentável.

73

ANEXOS



7. ANEXOS

**ANEXO I – QUANTIDADE DE IMPRESSORAS
POR UNIDADE**

Unidade	Quantidade de impressoras
PRESIDÊNCIA	15
ASSESSORIA CONSULTIVA	
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA	5
ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR	4
ASSESSORIA DE CERIMONIAL	5
ASSESSORIA DE SVARE DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS	4
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	14
ASSESSORIA DE PLENÁRIO	6
ASSESSORIA ESPECIAL	9
ASSESSORIA PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS	4
OUVIDORIA	3
SUBTOTAL	69
SECRETARIA ADJUNTA	5
ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO	1
ASSESSORIA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	2
COORDENADORIA DE ACORDÃO E RESOLUÇÕES	1
SEÇÃO DE MONTAGEM DE ACORDÃO E RESOLUÇÕES	5
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO E PUBLICAÇÃO DE ACORDÃO E RESOLUÇÕES	2
SEÇÃO DE PRODUÇÃO DE NOTAS ORAIS	
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO	3
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO I	2
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO II	2
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO III	3
COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	1
SEÇÃO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	5
SEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO PROCESSUAL E MONTAGEM	11
SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS	3
SUBTOTAL	46

Plano de Logística Sustentável

77

Unidade	Quantidade de impressoras
CORREGEDORIA GERAL ELEITORAL	6
SECRETARIA	
GABINETE	
ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	2
COORDENADORIA DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS	
SEÇÃO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO	1
SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS	1
COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO	
SEÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS	2
SEÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO ELEITORAL	1
COORDENADORIA DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO	1
SEÇÃO DE INSPEÇÕES E CORREÇÕES	1
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E TREINAMENTO	1
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	5
SUBTOTAL	21
GABINETE DA MINISTRA LUCIANA LÓSSIO	14
GABINETE DA MINISTRA MARIA THEREZA	13
GABINETE DA MINISTRA ROSA WEBER	9
GABINETE DO MINISTRO HENRIQUE NEVES	14
GABINETE DO MINISTRO HERMAN BENJAMIN	7
GABINETE DO MINISTRO LUIZ FUX	13
PROCURADORIA GERAL ELEITORAL	3
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	1
GABINETE DO DIRETOR-GERAL	13
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	1
ESCRITÓRIO DE GESTÃO DE QUALIDADE	1
ASSESSORIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	1
ASSESSORIA JURÍDICA	7
ASSESSORIA DE NOVOS PROJETOS	
SUBTOTAL	23

Plano de Logística Sustentável

78

Unidade	Quantidade de impressoras
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	4
ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO	3
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	2
COORDENADORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	3
SEÇÃO DE ÁUDIO, VÍDEO E TELEFONIA	2
SEÇÃO DE ENFERMAGEM	1
SEÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS	1
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	1
SEÇÃO DE ARQUITETURA E PROJETOS	5
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES	2
SEÇÃO DE APOIO AO REQUISITANTE	
SEÇÃO DE COMPRAS	2
SEÇÃO DE CONTRATOS	4
SEÇÃO DE CONTROLE DE CUSTO E GESTÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	2
SEÇÃO DE EDITAIS	2
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA	2
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E PROCESSAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1
SEÇÃO DE ANÁLISE TÉCNICA	2
SEÇÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	2
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	3
SEÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONFORMIDADE DOCUMENTAL	2
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	
SEÇÃO DE GESTÃO DE ALMOXARFADO	3
SEÇÃO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO	16
SEÇÃO DE LOGÍSTICA	1
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	1
SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	3
SEÇÃO DE COPIAGEM	2
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS GERAIS	1
SEÇÃO DE GESTÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2
SUBTOTAL	74

Plano de Logística Sustentável

79

Unidade	Quantidade de impressoras
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	2
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DE GESTÃO	2
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO	
SEÇÃO DE ANÁLISE E MONITORAMENTO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS	1
SEÇÃO DE AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA	
COORDENADORIA DE AUDITORIA	3
SEÇÃO DE AUDITORIA DE DESEMPENHO	1
SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO	1
SEÇÃO DE AUDITORIA DE PESSOAL	1
SEÇÃO DE AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
SUBTOTAL	11
SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	3
ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO	
ASSESSORIA DO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA, LEGISLAÇÃO E MUSEU	2
SEÇÃO DE BIBLIOTECA	3
SEÇÃO DE BIBLIOTECA DIGITAL	1
SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO	4
SEÇÃO DE MUSEU	2
COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES	2
SEÇÃO DE EDITORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL	3
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTEÚDOS WEB	1
SEÇÃO DE PREPARAÇÃO E REVISÃO DE CONTEÚDOS	1
SEÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS	9
COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL	2
SEÇÃO DE ARQUIVO	2
SEÇÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	2
SEÇÃO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO E EXPEDIÇÃO	8
COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA	3
SEÇÃO DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA	1
SEÇÃO DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA	1
SEÇÃO DE SELEÇÃO E DIVULGAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	
SUBTOTAL	60

Plano de Logística Sustentável

80

Unidade	Quantidade de impressoras
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	6
ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO	
COORDENADORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE	4
SEÇÃO DE ATENÇÃO MÉDICA E DE ENFERMAGEM	8
SEÇÃO DE ATENÇÃO ODONTOLÓGICA	4
SEÇÃO DE ATENÇÃO SOCIAL E PSICOLÓGICA	4
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	3
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	2
SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA	3
SEÇÃO DE EVENTOS CORPORATIVOS	4
SEÇÃO DE LOTAÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO	4
COORDENADORIA DE PESSOAL	2
SEÇÃO DE BENEFÍCIOS	3
SEÇÃO DE PAGAMENTOS	6
SEÇÃO DE REGISTROS FUNCIONÁRIOS	6
COORDENADORIA TÉCNICO-JURÍDICA	
SEÇÃO DE ANÁLISE TÉCNICO-PROCESSUAL	
SEÇÃO DE DIREITOS E DEVERES	5
SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL	
SUBTOTAL	64
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	5
ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO	
COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	3
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA	2
SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL	1
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO DE DESPESAS OBRIGATORIAS E CUSTOS	3
SEÇÃO DE ANÁLISE DE DADOS FÍSICOS DAS DESPESAS OBRIGATORIAS	1
SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE CUSTOS	1
SEÇÃO DE ORÇAMENTO E DESPESAS OBRIGATORIAS	2
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4

Plano de Logística Sustentável

81

Unidade	Quantidade de impressoras
SEÇÃO DE GERENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO	
SEÇÃO DE NORMAS ORÇAMENTÁRIAS	
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO	2
SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2
SUBTOTAL	28
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6
ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO	1
COORDENADORIA DE GESTÃO DE TI	
SEÇÃO DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO	1
SEÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS DE TI	2
SEÇÃO DE PROCESSOS E PADRÕES DE TI	
SEÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO A CONTRATOS	
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DE TI	4
SEÇÃO DE APOIO AO USUÁRIO	14
SEÇÃO DE BANCO DE DADOS	1
SEÇÃO DE EXECUÇÃO DA PRODUÇÃO	4
SEÇÃO DE MONITORAMENTO DA PRODUÇÃO	5
SEÇÃO DE SUPORTE A APLICAÇÕES	2
COORDENADORIA DE SISTEMAS ELEITORAIS	4
SEÇÃO DE AUTOMAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	
SEÇÃO DE CADERNETO DE ELEIÇÃO	4
SEÇÃO DE CANDIDATÁRIOS E INFORMAÇÕES PARTIDÁRIAS	2
SEÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS	
SEÇÃO DE TOTALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS	2
SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO	3
COORDENADORIA DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	2
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS I	2
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS II	2
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS III	
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS IV	3
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS V	
SEÇÃO DE TESTES INTEGRADOS E QUALIDADE	4
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA ELEITORAL	2
SEÇÃO DE GESTÃO TECNOLÓGICA DAS URNAS ELETRÔNICAS	4

Plano de Logística Sustentável

82

Unidade	Quantidade de impressoras
SEÇÃO DE INOVAÇÃO E PESQUISA TECNOLÓGICA	1
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES E ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA	1
SEÇÃO DE SEGURANÇA ELEITORAL	1
SUBTOTAL	76
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE	20
ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO	
COORDENADORIA DE SEGURANÇA	
SEÇÃO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	
SEÇÃO DE SEGURANÇA	
SEÇÃO DE SEGURANÇA E APOIO AOS MINISTROS	
COORDENADORIA DE TRANSPORTE	
SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	
SEÇÃO DE TRANSPORTE	5
SUBTOTAL	25
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES	3
Total geral*	954

* O subtotal do quantitativo de impressoras pode não resultar no somatório da unidade correlata devido à não atualização do Automation System of Inventory (ASI) no período da coleta dos dados.

— Plano de Logística Sustentável

83

ANEXO II – GASTO COM AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS

[illegible]

Plano de Logística Sustentável

84

ANEXO III – CERTIFICADO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL – NBR ISO 14001:2004



Plano de Logística Sustentável

85

ANEXO IV – INVENTÁRIO DE BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Item	Descrição do Item	Critérios de sustentabilidade	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	MONITOR LED - POUQUÍSSIMAS 21.5" - MARCA HP - MODELO E211	- Energia Star eficiência energética - TCO: certificação de sustentabilidade para equipamentos de TI - EPEAT Gold: certificação nível máximo de economia de uso de energia	Unidade	689	702,21	483.822,89
2	MONITOR LED - POUQUÍSSIMAS 23.5" - MARCA AOC - MODELO M6170994	- Energia Star eficiência energética - TCO: certificação de sustentabilidade para equipamentos de TI - EPEAT Gold: certificação nível máximo de economia de uso de energia	Unidade	847	690,00	585.300,00

Plano de Logística Sustentável

86

Item	Descrição do item	Critério de sustentabilidade	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
6	FÓRNO DE MICROONDAS - CAPACIDADE 20LITROS - POTÊNCIA 1800W - COR BRANCO - MARCA PHILIPS- MODELO EN-STRP	Selo Procel: eficiência energética classe A	Unidade	17	354,15	6.019,85
7	FÓRNO DE MICROONDAS - CAPACIDADE 20LITROS - POTÊNCIA 900W - COR BRANCO - MARCA PHILIPS- MODELO REFRESH	Selo Procel: eficiência energética classe A	Unidade	19	352,00	6.688,00
8	TELEVISOR DE LCD - 32" - MARCA SAMSUNG - MODELO UN8000G	Selo Procel: eficiência energética classe A	Unidade	5	1.020,00	5.100,00
9	TELEVISOR DE LCD - 55" - MARCA SAMSUNG - MODELO UE50UQ80DZ	Selo Procel: eficiência energética classe A	Unidade	26	1.059,98	27.559,56

Plano de Logística Sustentável

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	MONITOR LED POLEGALIM 27" - 1400, certificação de sustentabilidade pela ISO 14001 e ISO 9001 - EPEAT Gold - certificação nível máximo de economia de uso de energia	Energy Star eficiência energética	Unidade	1107	886,00	2.890.426,46
4	MICROCOMPUTADOR DE MESA (DESKTOP - PROCESSADOR INTEL CORE I7 8700, 32GB - MEMÓRIA RAM DDR4 32GB, HD 1TB 7200 RPM, MOUSE OPTICO 3 BOTÕES, TECLADO 1000 MEMBRAS, CAIXA DE SOM 2.0) - EPEAT Gold - certificação nível máximo de economia de uso de energia	Energy Star eficiência energética	Unidade	847	3.725,00	3.183.545,00
5	FONTO DE MICROONDAS - OVADEAL 30 LITROS - COR PRETA, 1000W, 230V, 50HZ, 1000MM DE ALTURA, 1000MM DE LARGURA	Selo Procel eficiência energética classe A	Unidade	13	290,77	3.899,91

Plasma de Inoculação Oportunistica

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
10	4647- MÁSCA LID - POLÍCARBONATO 4648- MÁSCA PHILCO - MODELO PROTECTOR	- São Paulo, Indústria Energética classe A	Unidade	20	1.543,99	30.879,80
11	28114-00000005 - 0202C 28114-00000005 - POLÍCARBONATO 4647- MÁSCA PHILCO	- São Paulo, Indústria Energética classe A	Unidade	3	2.350,00	7.050,00
12	66142014 - EPO RESIDENCIAL - DAPLERS	- São Paulo, Indústria Energética classe A	Unidade	25	2.088,00	52.200,00

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Índice de matéria	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
13	TELEFONE DE L.O. - SERIE HC 110M657612 - MÓVEL, PHILIPS MODELO LGD0118H-DESCRIÇÃO COMPLETA COM CONFEIÇÃO DIGITAL, REGRADO, 4 ENTRADAS PARA BATERIA USAR - PLEGADES E 100% RECICLADO	- São Paulo: eficiência energética classe A		1	4.950,00	4.950,00
14	SM - CAPACIDADE 500 LITROS - COM 2000 LITROS ELETRO DOMESTICO 60CM 60x60x190 CM	- São Paulo: eficiência energética classe A		10	2.610,00	26.100,00
15	SM - CAPACIDADE 400LITROS - COM 2000 LITROS - ELETRO DOMESTICO 60x60x190 CM	- São Paulo: eficiência energética classe A		10	2.010,00	20.100,00

**ANEXO V – INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS ADQUIRIDOS
COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Item	Descrição do item	Quantidade	Unidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Um (um) produto para a entrega de correspondência	16	Unidade	5,45	87,20
2	Remetedor personalizado 300mm x 200mm com 12SE	4.252	Unidade	0,26	1.105,51
3	Pasta impressora	808	Unidade	1,40	1.130,87
4	Remetedor digital	1	Unidade	90,00	90,00
5	Cartucho de laser preto Samsung	178	Unidade	140,32	24.977,16
6	Cartucho de laser amarelo Samsung	3	Unidade	780,00	2.340,00
7	Cartucho de laser ciano Samsung	2	Unidade	780,00	1.560,00
8	Cartucho de laser magenta Samsung	4	Unidade	780,00	3.120,00

Plano de Logística Sustentável

26

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
16	GLUEIRA TIPO RESIDENCIAL - DUPLEX RAM CARFONEZ, ALUMINIO, COPR BRANCO - MARCHA ELÉTRICOLAR - MODELO DF 80	-Self Prod. elétrica energética assua A	Unidade	10	2.000,00	20.000,00
17	GLUEIRA TIPO RESIDENCIAL - DUPLEX RAM CARFONEZ, ALUMINIO, COPR BRANCO - MARCHA ELÉTRICOLAR - MODELO DF 80	-Self Prod. elétrica energética assua A	Unidade	3	3.600,00	10.800,00
						7.351.059,98

Plano de Logística Sustentável

91

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Quantidade	Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
9	Cartucho de toner amarelo de médio porte para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	5	Unidade	69,38	346,90
10	Cartucho de toner preto para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	4	Unidade	208,75	835,00
11	Cartucho de toner magenta para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	4	Unidade	425,00	1.700,00
12	Cartucho de toner amarelo para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	4	Unidade	452,50	1.810,00
13	Cartucho de toner ciano para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	5	Unidade	506,00	2.530,00
14	Recipiente residual de toner para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	20	Unidade	35,49	709,80
15	Folha para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	6	Unidade	1.290,00	7.740,00
16	Cartucho de toner amarelo para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	88	Unidade	167,83	14.769,04
17	Cartucho de toner magenta para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	76	Unidade	678,16	51.560,16
18	Cartucho de toner ciano para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	84	Unidade	688,08	57.800,32

Plano de Logística Sustentável

53

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Quantidade	Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
19	Cartucho de toner magenta para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	61	Unidade	692,36	42.172,36
20	Cartucho de toner preto para impressora laser colorida Xerox	- Cartucho de lógica interna com o mesmo modelo	53	Unidade	670,00	35.510,00
21	Cartucho de toner amarelo para impressora laser colorida Xerox	- 100% reciclável - LCOF - Programa de coleta de cartuchos laser da Xerox	76	Unidade	678,16	51.560,16
22	Cartucho de toner ciano para impressora laser colorida Xerox	- 100% reciclável - LCOF - Programa de coleta de cartuchos laser da Xerox	84	Unidade	684,08	57.602,72
23	Cartucho de toner magenta para impressora laser colorida Xerox	- 100% reciclável - LCOF - Programa de coleta de cartuchos laser da Xerox	61	Unidade	692,36	42.172,36
24	Cartucho de toner preto para impressora laser colorida Xerox	- 100% reciclável - LCOF - Programa de coleta de cartuchos laser da Xerox	53	Unidade	670,00	35.510,00
25	Papel PMTC com textura 300g/m² e 210mm	- Utiliza material com certificação FSC	7	Unidade	970,00	6.790,00

Plano de Logística Sustentável

54

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Quantidade	Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
26	Papel P41 com fechadura med. 50mm x 2,50mm	- Utiliza madeira com certificação	8	Unidade	970,00	7.760,00
27	Papel P41 com fechadura med. 50 x 2,50mm	- Utiliza madeira com certificação	2	Unidade	525,00	1.050,00
28	Papel P41 com fechadura med. 50 x 2,50mm	- Utiliza madeira com certificação	1	Unidade	525,00	525,00
29	Papel P41 com fechadura med. 50mm x 2,50mm	- Utiliza madeira com certificação	9	Unidade	950,00	8.550,00
30	Quantidade de papel 200mm x 200mm	- Utiliza madeira com certificação	58	Posto	1,50	87,00
31	Quantidade de papel 200mm x 200mm	- Utiliza madeira com certificação	77	Posto	2,15	165,55
32	Quantidade de papel 200mm x 200mm	- Utiliza madeira com certificação	30	Posto	4,29	128,70
33	Papel A4 reciclado, 70g/m²	- Utiliza madeira com certificação	105	Recurso	8,89	933,45
34	Papel A4 para copiar com certificação 70g/m²	- Utiliza madeira com certificação	8.014	Recurso	10,49	84.260,12

Plano de Logística Sustentável

95

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Quantidade	Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
35	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	42	Recurso	12,42	521,64
36	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	61	Recurso	29,33	1.789,13
37	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	20	Recurso	192,58	3.851,60
38	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	3	Unidade	1.100,00	3.300,00
39	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	5	Unidade	931,00	4.655,00
40	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	4	Unidade	850,00	3.400,00
41	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	3	Unidade	900,00	2.700,00
42	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	4	Unidade	900,00	3.600,00
43	Papel A3 70g/m² com frente	- Utiliza madeira com certificação	10	Unidade	150,00	1.500,00

Plano de Logística Sustentável

96

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Quantidade	Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
44	Bandeira para porta med. 600mm x 600mm	- Utiliza madeira com certificação	4	Unidade	110,00	440,00
45	Bandeira para porta med. 600mm x 600mm	- Utiliza madeira com certificação	5	Unidade	75,00	375,00
46	Bandeira para porta med. 700mm x 600mm	- Utiliza madeira com certificação	5	Unidade	80,00	400,00
47	Bandeira para porta med. 800mm x 600mm	- Utiliza madeira com certificação	8	Unidade	85,00	680,00
48	Bandeira para porta med. 1.200mm x 600mm	- Utiliza madeira com certificação	10	Unidade	100,00	1.000,00
49	Bandeira para porta med. 600mm x 600mm	- Utiliza madeira com certificação	1	Unidade	87,00	87,00
50	Bandeira para porta med. 600mm x 600mm	- Utiliza madeira com certificação	6	Unidade	90,00	540,00
51	Preter material	- Produto de origem nacional, CMC Brasil - 0001200122003	32	Lata	79,31	2.537,92
52	Tela escrita fôto, cor branco neve	- Meno CO2 - Programa Challenge case - ABBMART	9	Lata	114,19	1.027,71

Plano de Logística Sustentável

Item	Descrição do Item	Critério de sustentabilidade	Quantidade	Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
53	Tela para pintura de póis orientado cor verde	- ISO 14001	14	Lata	130,30	1.824,20
54	Chapiz madeira compensada, 200mm x 1800mm x 20mm	- Utiliza madeira com certificação	44	Unidade	94,09	4.139,96
55	Chapiz madeira compensada, 200mm x 1800mm x 20mm	- Utiliza madeira com certificação	13	Unidade	155,00	2.015,00
56	Chapiz madeira compensada, 200mm x 1800mm x 20mm	- Utiliza madeira com certificação	75	Unidade	807,26	60.544,50
57	Chapiz madeira compensada, 200mm x 1800mm x 20mm	- Utiliza madeira com certificação	75	Unidade	152,25	11.418,75
58	Chapiz madeira compensada, 200mm x 1800mm x 20mm	- Utiliza madeira com certificação	25	Unidade	47,42	1.185,50
59	Chapiz madeira compensada, 200mm x 1800mm x 20mm	- Utiliza madeira com certificação	42	Unidade	64,36	2.703,12
60	Chapiz madeira compensada, 200mm x 1800mm x 20mm	- Utiliza madeira com certificação	75	Unidade	30,62	2.296,50
61	Brasão adesivo na cor branca med. 36,1mm x 80,0mm	- FSC C04640	17	Caixa	10,96	186,32

Plano de Logística Sustentável

Item	Descrição do Item	Código de especificação	Quantidade	Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
62	Lâmpada fluorescente compacta canal	- São Paulo "A"	60	Unidade	9,25	555,00
63	Lâmpada fluorescente compacta canal	- São Paulo "A"	80	Unidade	2,20	176,00
64	Lâmpada fluorescente compacta 20,20W, base E27	- São Paulo "A"	110	Unidade	9,87	997,97
65	Cordão de leitura e aquecimento de energia	- EDS 14001	84	Unidade	183,00	15.372,00
66	Delimitação construída biodegradável	- São Paulo Baur	8	Quilo	63,54	508,32
67	Ref. controlador automático	- Não controla CPC - Indicação a câmara de voto	78	Unidade	15,00	1.170,00
						607.883,33



Esta obra foi composta na fonte Helvetica Li Std, corpo 10, em linhas de 16,5 pontos em papel Cartão Supremo 300g/m² (capa) e papel AP 75g/m² (miolo).



PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 534/2016**RESOLUÇÃO Nº 23.500****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 563-29.2016.6.00.0000 – CLASSE 26 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL****Relator: Ministro Gilmar Mendes****Interessado: Tribunal Superior Eleitoral****Ementa:**

Dispõe sobre as diretrizes acerca das Auditorias Integradas a serem realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que o sistema de controle interno da Administração Pública Federal, disciplinado pelo art. 74 da Constituição Federal, estabelece que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Lei nº 8.868/1994, o qual preceitua que as atividades a serem desenvolvidas nas áreas de planejamento de eleições, informática, recursos humanos, orçamento, administração financeira, controle interno de material e patrimônio serão organizadas sob a forma de sistemas, cujos órgãos centrais serão as respectivas unidades do Tribunal Superior Eleitoral; e estabelece que os serviços incumbidos dessas atividades são considerados integrados ao respectivo sistema e ficam, consequentemente, sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema;

CONSIDERANDO o disposto no inciso V do art. 8-E da Resolução-TSE no 21.423/2003, que dispõe sobre a participação da Seção de Auditoria do TSE em auditorias integradas, no âmbito da Justiça Eleitoral, mediante concurso dos segmentos de Controle Interno dos Tribunais Regionais Eleitorais;

CONSIDERANDO o resultado da auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TSE nos processos de armazenamento, manutenção, descarte e planejamento da contratação das urnas eletrônicas, que motivou a extensão dos trabalhos de auditoria para outros processos no âmbito da Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO a existência de processos críticos e a conveniência de que a Justiça Eleitoral trabalhe em processos auditáveis unificados e procedimentos de auditoria padronizados, a fim de obter soluções mais eficazes no enfrentamento de questões comuns;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das Auditorias Integradas no âmbito da Justiça Eleitoral;

RESOLVE: